

Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos**Guerra e Pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo****Taniele Rui e Gabriel Feltran**

Durante os anos 1990, estudiosos da violência e da política constataram, com assombro, que o processo brasileiro de redemocratização veio acompanhado do aumento do crime violento, sobretudo nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, uma “guerra particular” (para lembrar do documentário sobre o Santa Marta) vinha sendo travada entre facções criminais e policiais que disputavam despidamente os territórios da cidade e o varejo de cocaína. Em São Paulo, a mesma guerra, em outra configuração, fazia crescer as taxas de homicídio em curva ainda mais aguda que as do desemprego estrutural, da informalização da economia e da flexibilização dos mercados, inclusive o de drogas. A altíssima permissividade da violência perpetrada por agentes do Estado, desde então, faz com que hoje, enquanto muitos rememoram esses anos como os de consolidação democrática, nas periferias e favelas paulistas seja comum que o período seja lembrado como “a época das guerras”.

Duas décadas e meia de democracia formal, e é com um enorme desconforto que constatamos, talvez mais do que nunca, que um léxico de guerra tem se apresentado empiricamente como metáfora para se pensar a questão social contemporânea, agora traduzida em conflito urbano. São Paulo tem hoje 1 milhão de ex-presidiários, mais de 200 mil presos, dezenas de milhares em unidades de internação, clínicas de reabilitação, albergues. Só a cidade de São Paulo tem mais de 10 mil moradores de rua. As famílias diretas dessas pessoas somadas, submetidas a todo tipo de humilhação cotidiana, somam cerca de 15% da população do estado. No Rio de Janeiro, mais que encarceramento, territórios urbanos são ocupados militarmente, produzindo a sensação pública de que a causa da “violência urbana” estaria nas favelas da zona sul.

Márcia Leite (<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126>) já nos lembrou bem que a metáfora da guerra, ao ser usada para representar o conflito social nas grandes cidades, faz transitar parte da discussão sobre segurança pública para um terreno moral, acionando “um repertório simbólico em que lados, grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória” (: 379). A guerra é mesmo uma metáfora? “Guerra às drogas”, “guerra ao crime”, “guerra ao crack”, acompanhadas de ocupação militar de territórios, tornaram-se campanhas e ações centrais para os governos. Esse deslocamento semântico – da democracia à guerra – produz muitos outros deslocamentos práticos: aqueles que eram alvo de políticas de integração social, agora convivem com encarceramento em massa, são removidos das favelas em que vivem, psiquiatrizados por serem pobres, tem seus territórios ocupados militarmente, se assustam com o consentimento à violência de Estado, contra eles, tratados agora como “inimigos internos”: se antes eram pobres, que seriam integrados, agora são vistos como noias, bandidos, traficantes, ladrões.

Talvez mais do que nunca também, o inverso simétrico da guerra, a paz, venha se apresentando como uma fórmula-mágica para a resolução dos conflitos urbanos. Seria preciso, já que estamos em guerra, incitar a paz, promovê-la por meio de políticas de “pacificação”. Na melhor das hipóteses, portanto – como demonstrou Machado da Silva

(<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1348>) – a pacificação é a etapa final da guerra. O desconforto dos pesquisadores da cidade passa a ser o mesmo dos estudiosos da temática indígena, para os quais o termo “pacificação” sempre foi categoria central, que atravessou por cinco séculos a “guerra justa” do projeto de “civilização” da população autóctone que, por suposto, seria regida por padrões e valores diversos dos ocidentais. (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132014000100005&script=sci_arttext)

Ao longo dos anos 2000, guerra e pacificação se tornam palavras-chave para percorrer o debate sobre a violência e (in)segurança pública contemporâneos. Se é assim que o conflito político se desenha, é precisamente aí que o problema teórico-empírico se apresenta e, por isso, é nesses termos que deve ser desenhado, para que se produza uma agenda de pesquisa capaz de enfrentá-lo.

Etnografias realizadas por diversos pesquisadores, em inúmeras universidades brasileiras, têm demonstrado que, se a guerra pode ter uma acepção partilhada, a pacificação tem sido concebida no espaço *entre* políticas estatais e políticas produzidas pelos coletivos criminais, as facções, hoje atores indispensáveis para a formulação dos cenários analíticos. Literatura suficiente já demonstra que a vertiginosa queda de homicídios em São Paulo ao longo dos anos 2000 se produziu basicamente por políticas do Primeiro Comando da Capital, que instrumentalizaram a política estatal repressiva, centrada no encarceramento, e unificaram a regulação de mercados ilícitos pelo congelamento de preços da droga, ao que se somou uma política ativa de acordos monetários com policiais. Ao contrário do Rio de Janeiro, que desde 2008 tem seu projeto estatal de controle da ordem urbana centrado na instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, em São Paulo a pacificação das periferias ocorreu à sombra do debate público, produzida por políticas do crime.

Guerra, paz, pacificação, temas clássicos da etnologia e da filosofia política se tornam agora questões a serem etnografadas pelos estudiosos da pobreza e da cidade. Violência, criminalidade e segurança passam a ser temas dos pesquisadores da proteção social, da questão urbana, da democracia. A grade de inteligibilidade da questão política, hoje, parece se fundar menos na extensão dos direitos e da democracia aos pobres, mais nas formas guerreiras de controlar o conflito que emanaria deles. Que sentidos sociais, políticos, analíticos, estão sendo disputados quando não mais a democracia e o espaço público, mas a guerra e a pacificação, passam a nos oferecer a plausibilidade para compreensão da questão social e urbana?

Como deslocar a perspectiva normativa que subsume o conflito social contemporâneo aos limites estreitos do (absolutamente necessário) debate técnico sobre o melhor desenho das políticas públicas? Como membros de uma comunidade acadêmico-política, temos a intenção de somar esforços na formulação de uma agenda de pesquisa menos técnica, menos fragmentada, menos instrumental, que não reduza o conflito social e urbano de nossos tempos a uma questão de segurança pública. Ao contrário, nessa agenda a criminalização seletiva aparece no centro de um dispositivo guerreiro bastante mais amplo, e capilar, que passa por favelas e prisões paulistas e cariocas, mas se conecta transnacionalmente nos mercados de drogas, armas, produtos contrabandeados. Quais seriam os pontos de convergência da nossa guerra particular com um já diagnosticado processo global de militarização urbana, transnacionalização dos mercados ilícitos, mundialização e repressão seletiva (vide Guerra ao Terror)? Para etnografar a Guerra às Drogas, globalizada, e seus efeitos na produção de corpos pardos para o encarceramento massivo,

precisaremos também percorrer territórios globais, para muito além das favelas, prisões, cracolândias. E nada marginais. Nossa experiência etnográfica até aqui parece nos conduzir a uma agenda de pesquisa que não tem os marginais como objetos, mas como perspectiva pela qual se pode vislumbrar o problema social, político e urbano contemporâneos, em escala bastante mais ampla.

Necessitamos de uma agenda de pesquisa que esteja conectada a esses deslocamentos – tanto empíricos, quanto analíticos e políticos, na qual a pesquisa qualitativa e, sobretudo, a etnografia, ocupa um lugar central: como estudar o conflito urbano, os diferentes regimes de produção de política, e de guerra, apenas com (as igualmente necessárias) sondagens oficiais ou questionários fechados? Mas, sobretudo, como ser capaz, sem pensamento etnográfico, de perceber que a chave política universalista, produzida pela maquinaria estatal que se considera “democrática”, traz em si mesmo os germes da guerra?

Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Migrações e Deslocamentos.

Brasília, 26 de agosto de 2015.